

"CEE: (nova) aventura começou nos Jerónimos" in O Jornal (13 Junho 1985)

Caption: A 13 de Junho de 1985, o quotidiano lisboeta O Jornal descreve detalhadamente o decorrer da cerimónia de assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias que teve lugar na véspera em Lisboa.

Source: Hemeroteca Municipal de Lisboa, Lisboa, R. São Pedro de Alcântara, n.º 3 - 1250-237 Lisboa (Portugal).
O Jornal. 13.06.1985. Lisbonne: Publicações Projornal.

Copyright: (c) O Jornal

URL: [http://www.cvce.eu/obj/"cee_nova_aventura_comecou_nos_jeronimos"_in_o_jornal_13_junho_1985-pt-ea7df86e-bcf9-4d26-a633-96a4d3f774a1.html](http://www.cvce.eu/obj/)

Publication date: 19/09/2012

CEE: (nova) aventura começou nos Jerónimos

Pedro Vieira

[...]

O primeiro-ministro transbordava de satisfação. Tudo tinha decorrido muito bem e o cenário dos Jerónimos esmagara convidados e correspondentes. Ao seu lado, o assessor de Imprensa, Carneiro Jacinto, informava: a Rádio Monte Carlo iniciou a transmissão de Lisboa com um «c'est fantastique».

O enviado da TV Globo também não poupava palavras, tendo depois feito uma entrevista ao chefe do Governo português, enquanto caminhava ao longo dos claustros.

Sob uma abóbada de tela branca, com uma geometria inspirada nas velas das caravelas, a classe política surgida após o 25 de Abril, entretinha-se em cavaqueira mais ou menos amena. Ali estavam figuras tão diferentes como António de Spínola e Lourdes Pintasilgo, Pinto Balsemão e Cavaco Silva, Vítor Constâncio e Freitas do Amaral, Lucas Pires e José Luís Nunes. Chefes militares, também. O PCP, ausente. Antigos ministros dos Negócios Estrangeiros, como Medeiros Ferreira, Correia Gago e André Gonçalves Pereira, e, praticamente todos os membros do Governo cessante. Quadros do ministério dos Negócios Estrangeiros que, em pouco tempo, tiveram de montar duas super-reuniões: a da NATO, na semana transacta, e, agora, aquela em que se consumou a adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Ali se podiam ver, também, muitos embaixadores, nomeadamente dos países africanos de língua oficial portuguesa, que também fazem parte da história talhada nos Jerónimos. O embaixador de Angola, nomeadamente, falou-nos da melhoria das perspectivas políticas, económicas e militares no seu país. A crise governativa alimentou as conversas e aguçou a curiosidade dos jornalistas estrangeiros. Os últimos percalços internos e externos relacionados com a adesão ainda pareciam sobressaltar os espíritos daqueles que os viveram por dentro.

A hipótese de alguns capítulos do acordo de adesão ficarem em branco terá provocado preocupações em Belém e levado Eanes a solicitar o texto do Tratado.

Mais foi Cavaco Silva quem, afinal, fez subir a escala do «termómetro» da impaciência.

Primeiro, quando propôs, nas negociações com o PS, o adiamento da assinatura do Tratado. Ao que sabemos, Mário Soares ter-lhe-á dito «as últimas» e posto a questão em termos de traição nacional. Depois, com a exigência de que Rui Machete também subscrevesse Acta Final das negociações, o que terá posto liminarmente de fora a hipótese de aquele documento ser, igualmente, assinado pelo chefe da delegação portuguesa junto das Comunidades em Bruxelas, embaixador Luís Figueira.

«Grupo Portugal»

Na capital belga, os problemas foram outros. Questões que pareciam solucionadas ressurgiram na hora da redacção final do tratado. O «Grupo Portugal» (como é designada a equipa que negociou o clausulado da adesão com o nosso país) impôs aos interlocutores de Lisboa duras batalhas e maratonas. Por outro lado, segundo uma fonte bem colocada, Lorenzo Natali, comissário para o alargamento, surgia habitualmente com posições favoráveis a Madrid, à custa dos portugueses, o que constituía uma dificuldade adicional.

Em contrapartida, Lisboa também teve os seus «aliados»: Jacques Delors, socialista «católico», que foi ministro da Economia de Mitterrand e agora preside à Comissão Europeia, o órgão executivo das Comunidades, e Giulio Andreotti, ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália, presidente do Conselho das Comunidades.

«Querido amigo Felipe»

Delors e Andreotti seriam, de resto, além do primeiro-ministro italiano, Bettino Craxi, os únicos, de entre os «Dez», a merecer uma referência especial no discurso de Mário Soares. Felipe González teve direito a uma saudação excepcional, aliás sublinhada com quentes aplausos da assistência.

«Aproveito este momento solene para saudar a Espanha, país irmão, aqui representado pelo presidente Felipe González, querido amigo, no dia em que connosco inicia uma nova e decisiva fase da sua tão longa e riquíssima história», afirmou Mário Soares, no centro dos claustros, perante centenas de convidados.

Nas galerias superiores, empregados de mesa em libré e outros funcionários seguiam, igualmente, a cerimónia. Conta-se que, aquele mesmo local era um dos preferidos por Felipe II de Espanha para seguir festividades mundanas, quando vinha a Portugal...

Apesar de fazer parte de um conjunto de características religiosas, os claustros dos Jerónimos já se situam, pelo seu estilo, numa fase de transição para o profano.

«O fim do ciclo imperial»

Entre alguns jornalistas espanhóis, suscitou-se a dúvida sobre se na escolha do local não teria sido «esquecido» a natureza religiosa do mosteiro dos Jerónimos.

«Nestes claustros velhos de quatro séculos, juntam-se hoje o passado e o futuro de Portugal» assim começou Soares o seu discurso, cuja parte inicial constituiu uma síntese histórica.

«Símbolo da cultura portuguesa, e porque portuguesa europeia, mar de uma aventura que foi sonho e realidade e trouxe novos mundos ao mundo, este monumento, património artístico universal, exprime bem o génio português e constitui uma referência insubstituível da sua história multissecular. Daqui partiremos pois, fechado o ciclo imperial, simbolicamente, para uma nova arrancada, que reinsira Portugal no contexto da unidade europeia, participando de pleno direito do seu dinamismo e progresso» — acrescentou Mário Soares, considerando, ainda, que a adesão «constitui a consequência natural do processo de democratização e da descolonização», permitido pelo 25 de Abril.

Soares referiu também, por três vezes, que o caminho agora encetado não é fácil. «Para Portugal — afirmou — a adesão à CEE representa uma opção fundamental por um futuro de progresso e modernidade. Mas não se pense que seja uma opção de facilidade. Exige muito dos portugueses.»

E noutro momento:

«Os próximos anos vão ser de ingente esforço colectivo — não nos iludamos —, por forma a assegurar em boas condições a inserção de Portugal no espaço comunitário.»

E ainda:

«A solidariedade europeia não nos faltará – como hoje aqui ficou comprovado com a presença de qualificados representantes de todos os Estados da Comunidade dos Doze. Mas será no trabalho, na organização e na capacidade de adaptação a novas situações concorrenciais que os portugueses terão de encontrar a força necessária para a modernização das estruturas produtivas e, mais importante ainda, para a necessária reforma das mentalidades de que falava António Sérgio.»

Mas a nota dominante do discurso foi a esperança no caminho escolhido: «A palavra será agora conferida às jovens gerações», afirmou, nomeadamente. E noutro passo:

«Nos oito séculos da sua História, Portugal conheceu épocas semelhantes àquela que hoje vivemos – épocas em que um desafio nacional inelutável foi capaz de galvanizar a Nação. É disso que se trata hoje, de novo, quando já não há novos mundos a descobrir, mas sim homens e condições de vida a transformar e melhorar e novas tecnologias a desenvolver.»

Uma referência à África e ao Brasil era «obrigatória»: «Portugal, para quem os laços de fraternidade com os países africanos de expressão portuguesa e com o Brasil revestem primordial importância, está certo de que a sua entrada na CEE contribuirá para criar um novo dinamismo de cooperação da Europa Comunitária com África e com a América Latina.»

Dois passagens do discurso do primeiro-ministro suscitaram palmas da assistência. A primeira, quando mencionou os nomes de três líderes já falecidos – Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e Mota Pinto – devido ao papel que desempenharam neste domínio.

A outra foi um elogio a Eanes. «Mas não era justo esquecer, neste momento, o nome de Ramalho Eanes, que, como Presidente da República e durante os seus dois mandatos, sempre se manteve fiel ao grande projecto nacional da integração europeia.»

Manifestação da «Messa»

Soares dirigiu-se, ainda, ao povo trabalhador: «Gostaria que as minhas palavras fossem ouvidas pelo Povo Trabalhador de Portugal, para quem surgem novas perspectivas e potencialidades de progresso e justiça social.»

«Nas mãos dos agricultores, dos operários, dos cientistas, dos homens de cultura, dos empresários, dos quadros, dos intelectuais, dos técnicos, dos artistas e, sobretudo, dos jovens, de todos os portugueses em suma, mulheres e homens, está o futuro de Portugal» — sublinhou.

Mas, para já, nem todos parecem muito dispostos a ouvir Soares. Antes de mais, os trabalhadores da «Messa» que se manifestaram em frente dos Jerónimos, pela resolução de uma situação que se arrasta praticamente desde o 25 de Abril. A manifestação naquele local e àquela hora foi autorizada pelo governador civil de Lisboa, Moura Guedes, o que surpreendeu alguns sectores governamentais.

A Intersindical, por seu turno, publicou um documento em que faz uma avaliação negativa, sector por sector, das consequências da adesão.

Embora situada politicamente nos antípodas da Inter, a CIP também «decidiu não comparecer à cerimónia do acordo de adesão», assim manifestando a sua discordância com a forma como as negociações foram conduzidas.

A CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal) que se tem demarcado em relação à adesão da CEE não seguiu, no entanto, o exemplo da CIP. O secretário-geral da organização, José Manuel Casqueiro, assistiu à cerimónia dos Jerónimos, ao que parece depois de algumas diligências políticas destinadas a vencer as suas resistências.

O dia «europeu» de Mário Soares começou com uma entrevista, em directo, à RDP-Antena Um, com ligação directa à Rádio Nacional de Espanha. Saiu da sua residência particular, ao Campo Grande, eram 8 e 15, dirigindo-se de imediato para a Torre de Belém.

Ali começaram a chegar as delegações, de helicóptero ou de automóvel. Hans Dietrich Genscher e Gisbert Poensgen, ministro e vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA; Wilfrid Martens e Leo Tindemans, primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica; Poul Schülter e Elleman Jensen, primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca; Felipe González, Fernando Morán e Manuel Marín, primeiro-ministro, ministro dos Negócios Estrangeiros e secretário de Estado da Integração Europeia de Espanha; Laurent Fabius, Roland Dumas e Catherine Lalumière, primeiro-ministro, ministro das Relações Exteriores e secretário de Estado para os Assuntos de França; Yannis Haralambopoulos e Theodors Pangalos, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Grécia; Ruud Lubbers e Hans van Broek, primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda; Geoffrey Howe, ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido; Bettino Craxi e Giulio Andreotti, primeiro-ministro e

ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália; Jacques Poos, ministro dos Negócios Estrangeiros do Luxemburgo. De todas as delegações, fazia, ainda, parte o respectivo representante junto da CEE.

A uma breve cerimónia de boas vindas, numa das salas da Torre, seguiram-se as tradicionais «fotos de família». As delegações dirigiram-se, então, para os Jerónimos, tendo entrado por uma porta do lado sudoeste, enquanto os jornalistas entraram do lado nascente e, para terem acesso aos claustros, tiveram de passar pelo templo.

A cerimónia iniciou-se, rigorosamente, às 10 horas, com uma saudação do primeiro-ministro português. Seguiu-se a alocução de Bettino Craxi, na qualidade de presidente em exercício do Conselho Europeu. Depois, usou da palavra o veterano político italiano Giulio Andreotti, presidente do Conselho das Comunidades Europeias. Antes do acto de assinatura, falou Jacques Delors, presidente da Comissão. Num discurso que foi além de meras palavras de circunstância, afirmou, nomeadamente:

«A adesão não é um fim em si. Com efeito, a entrada de um novo país obriga a Comunidade a fazer novos esforços de imaginação e de vontade para conciliar os interesses e os pontos de vista que não sendo propriamente opostos, nem sempre são convergentes.»

Mais adiante:

«A tarefa que nos espera será árdua: a Comunidade deve, com efeito, esforçar-se por combater e eliminar as desigualdades acentuando, precisamente, o esforço de solidariedade em relação aos menos favorecidos.»

Textos em português e francês

A Acta Final do Tratado de Adesão – um documento que engloba Portugal e a Espanha – foi em seguida assinado, nas suas versões em português e francês. Em princípio, deveria ter sido assinada sobre versões em todos os idiomas da Comunidade, mas não houve tempo para completar as traduções oficiais.

As diversas delegações (constituídas por plenipotenciários) foram apondo as suas assinaturas por ordem alfabética. Felipe González também assinou o documento, o mesmo se passando, algumas horas depois, com Mário Soares em Madrid. Este foi um dos muitos pontos meticulosamente negociados entre os dois Governos, na fase preparatória das cerimónias de assinatura do Tratado de Adesão.

No momento em que foi chamada a delegação portuguesa ouviu-se uma forte salva de palmas.

A Acta Final, com remete para milhares de páginas de protocolos e outras normas, repousava sobre uma mesa do século XVII. A mesa de honra estava ornada com estrelícias vindas expressamente da Madeira. As cadeiras em que se instalaram as diversas delegações pertencem ao recheio do Palácio de Sintra.

Terminada a cerimónia, gerou-se um ambiente de descontração. Havia uma pessoa, porém, que não partilhava do ambiente geral. Era Eduardo Sotil antigo correspondente da Rádio Nacional de Espanha em Lisboa e actualmente porta-voz do governo espanhol, que precisava de transmitir uma mensagem urgente a Felipe González. Tinha havido uma ameaça de bomba no grande armazém madrileno do Corte Inglês: a ETA comemorava a data à sua maneira.

Em seguida as delegações dirigiram-se a Belém, onde foram recebidas pelo Presidente da República. Numa breve alocução, Eanes considerou que «a integração comporta factores de insegurança e risco, mas, ao mesmo tempo, é uma oportunidade de mudança.»

Dando voz aos críticos da falta de informação sobre o processo de adesão, Eanes, sublinhou, ainda, que «é importante que a informação e o debate sejam constantes, públicos e, por isso, livres.»

Depois de um almoço volante, oferecido nos claustros, as delegações partiram para Madrid. Se o processo de aprovação pela Assembleia da República e de ratificação não sofrer percalços, até 1 de Janeiro de 1986,

Portugal será, nessa data, o 11.º membro da Comunidade Económica Europeia da Energia Atómica.

Em 1977, Mário Soares foi a Bruxelas pedir formalmente a adesão de Portugal às Comunidades. Oito anos depois, estava nos Jerónimos, a assinar o tratado. Onde estará em 1 de Janeiro de 1986?